

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	19
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
7. IMOBILIZADO	20
8. INTANGÍVEL.....	21
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	23
10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	23
11. FORNECEDORES.....	24
12. TRIBUTOS	25
13. ENCARGOS REGULATÓRIOS	25
14. PROVISÕES	25
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
16. RECEITA.....	27
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	28
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	28
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	30
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	35
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$97.162 mil (R\$1.402 mil em 31 de dezembro de 2020), dividido em 97.161.578 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentas e setenta e oito) ações ordinárias (1.402.000 em 31 de dezembro de 2020), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$2.780 mil em 2021, em comparação a um prejuízo de R\$69 mil em 2020. O resultado de 2021 já é, em parte, resultante da operação e manutenção da PCH Poço Fundo. A ANEEL anuiu, em 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo.

Não obstante, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da concessão, em contrapartida a um ganho no resultado, no montante de R\$1.482 mil.

Receita operacional

Em 2021, a Companhia passou a ter receitas decorrentes da operação e manutenção da PCH Poço Fundo. A receita operacional líquida, em 2021, foi de R\$7.504 mil.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$6.263 mil em 2021 (R\$211 mil em 2020).

Em virtude do início das operações na PCH Poço Fundo, a Companhia incorreu em custos com compra de energia elétrica no montante de R\$5.749 mil, além de outros gastos.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$508 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$3.288 mil antes dos efeitos fiscais, representando 15,45% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2020, a Companhia apurou o montante de R\$47 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado negativo de R\$22 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi positivo em R\$2.841 mil (R\$206 mil negativo em 2020) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado do exercício	2.780	(69)	-
Despesa de IR e CS	508	47	980,85
Resultado financeiro	(565)	(189)	198,94
Depreciação e amortização	118	5	2.260,00
LAJIDA	2.841	(206)	-

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das

estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação(ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração. Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício no montante de R\$2.780 mil, e do saldo das reservas de retenção de lucros no valor de R\$1.779 mil, referentes à lucros retidos por falta de capacidade financeira de pagamento, seja dada a seguinte destinação:

- R\$139 mil para constituição de reserva legal;
- R\$1.321 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$1.779 mil para pagamento de dividendos não distribuídos; e,
- R\$1.320 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.088	5
Títulos e valores mobiliários	4	826	-
Consumidores e revendedores	5	629	-
Fundos vinculados		56	-
Outros créditos		347	34
TOTAL DO CIRCULANTE		19.946	39
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	170	-
Imposto de renda e contribuição social	6	238	1.579
Tributos compensáveis	6	2.551	1.693
Depósitos judiciais	9	797	783
Imobilizado	7	145.884	5
Intangível	8	3.490	-
Direito de uso		79	75
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		153.209	4.135
ATIVO TOTAL		173.155	4.174

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	27.150	32
Impostos, taxas e contribuições	12a	1.435	41
Imposto de renda e contribuição social	12b	243	2
Dividendos a pagar	15	1.321	-
Partes relacionadas	20	22	18
Passivo de arrendamento	10	10	9
TOTAL DO CIRCULANTE		30.181	102
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	13	3	34
PIS/Pasep e Cofins diferidos		13	-
Imposto de renda e contribuição social	12b	66	-
Dividendos a pagar	15	-	294
Provisões	14	13	13
Passivo de arrendamento	10	73	67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		168	408
TOTAL DO PASSIVO		30.349	510
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	97.162	1.402
Reserva de lucros		3.721	2.262
Adiantamento para futuro aumento de capital		41.923	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.806	3.664
PASSIVO TOTAL		173.155	4.174

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	16	7.504	-
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO	17		
Energia elétrica comprada para revenda		(5.749)	-
Encargos de distribuição		(59)	-
Depreciação e amortização		(115)	(3)
Serviços de terceiros		(222)	-
Outros custos		(11)	-
		(6.156)	(3)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		1.348	(3)
DESPESAS OPERACIONAIS	17		
Despesas gerais e administrativas		(91)	(84)
Outras despesas operacionais		(16)	(124)
		(107)	(208)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		1.241	(211)
Receitas financeiras	18	710	250
Despesas financeiras	18	(145)	(61)
		565	189
Ganho com ressarcimento do GSF	8	1.482	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.288	(22)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(437)	(47)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(71)	-
RESEULTADO DO EXERCÍCIO		2.780	(69)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações – R\$		56,41	(49,22)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.780	(69)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.780	(69)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.402	483	1.848	-	-	3.733
Resultado do exercício	-	-	-	-	(69)	(69)
Absorção de prejuízos	-	-	(69)	-	69	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.402	483	1.779	-	-	3.664
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.780	2.780
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	137.683	-	137.683
Aumento de capital social	95.760	-	-	(95.760)	-	-
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Reserva legal	-	139	-	-	(139)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0136 por ação)	-	-	-	-	(1.321)	(1.321)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,0136 por ação)	-	-	1.320	-	(1.320)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	97.162	622	3.099	41.923	-	142.806

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	2.780	(69)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	115	3
Amortização direito de uso (Nota 10)	3	2
Juros passivo de arrendamento (Nota 10)	10	8
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(14)	(12)
Variação monetária de tributos compensáveis	(68)	(105)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 19)	71	-
Baixa de tributos compensáveis	-	154
Ganho com ressarcimento do GSF (Nota 8)	(1.482)	-
	1.415	(19)
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(629)	-
Tributos compensáveis (Nota 6)	(790)	201
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.341	(767)
Outros créditos	(320)	11
	(398)	(555)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	27.118	24
Encargos regulatórios (Nota 13)	(31)	(113)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	1.394	7
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	390	502
Partes relacionadas (Nota 20)	4	18
Outras obrigações	6	77
	28.881	515
Caixa gerado pelas atividades operacionais	29.898	(59)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(141)	(550)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.757	(609)
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(996)	-
Fundos vinculados	(56)	-
Imobilizado e intangível (Notas 7 e 8)	(70.519)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(71.571)	-
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos (Nota 10)	(9)	(9)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15)	60.200	-
Dividendos pagos	(294)	-
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	59.897	(9)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.083	(618)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5	623
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	18.088	5
	18.083	(618)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190–131.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, estado de Minas Gerais.

Em fevereiro de 2021, a ANEEL anuiu a transferência da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo a titularidade da concessão da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo.

Em 2021, tiveram início as obras de ampliação da potência instalada da usina para 30 MW (não auditado), com a previsão de entrada em operação das duas unidades geradoras até abril de 2022.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão igual ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Vide mais informações na nota explicativa nº 8.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria: equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria: depósitos judiciais, consumidores e revendedores, títulos e valores mobiliários, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60 em cada trimestre.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por

diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos conta movimento	42	-
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	18.007	5
Overnight	39	-
TOTAL	<u>18.088</u>	<u>5</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi 65% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	48	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	682	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	86	-
Debêntures	10	-
	826	-
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	168	-
Debêntures	2	-
	170	-
Total	996	-

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 20 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2021	2020
Fornecimento industrial	-	-	-	-
CCEE	-	629	629	-
Total	-	629	629	-

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

a) Impostos, taxas e contribuições a compensar

	2021	2020
Não circulante		
ICMS	820	-
PIS/Pasep (1)	308	302
Cofins (1)	1.423	1.391
	2.551	1.693
Total	2.551	1.693

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2021	2020
Não circulante		
Imposto de renda	131	1.192
Contribuição social	107	387
Total	238	1.579

7. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2021			2020		
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		5.367	(3.947)	1.420	86	(81)	5
Custo Histórico	5,78%*	5.367	(3.947)	1.420	86	(81)	5
Em curso		144.464	-	144.464	-	-	-
Geração		144.464	-	144.464	-	-	-
TOTAL AIC + AIS		149.831	(3.947)	145.884	86	(81)	5

*5,78% em 2021 e 18,75% em 2020.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Terrenos	-	24	24	-	24
Reservatórios, barragens e adutoras	-	906	906	(824)	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.437	1.437	(1.430)	7
Máquinas e equipamentos	72	2.910	2.982	(1.675)	1.307
Veículos	-	2	2	(2)	-
Móveis e utensílios	14	2	16	(16)	-
Total	86	5.281	5.367	(3.947)	1.420

Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	-	24.235	-	1.390	25.625
Reservatórios, barragens e adutoras	-	19.679	-	-	19.679
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	4.455	-	-	4.455
Adiantamentos a fornecedores	-	22.150	-	72.555	94.705
Total	-	70.519	-	73.945	144.464

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão.

8. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$1.482.

Intangível	2021			2020		
	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	4.836	(1.346)	3.490	-	-	-
Ativos da concessão - GSF	1.482	(24)	1.458	-	-	-
Servidões	1.475	-	1.475	-	-	-
Direito de uso de bem público	1.879	(1.322)	557	-	-	-
Total	4.836	(1.346)	3.490	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Aporte (1)	Valor bruto em 31/12/2021	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos da concessão - GSF	-	1.482	-	1.482	(24)	1.458
Servidões	-	-	1.475	1.475	-	1.475
Direito de uso de bem público	-	-	1.879	1.879	(1.322)	557
Total	-	1.482	3.354	4.836	(1.346)	3.490

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Poço Fundo	1.482			
PCH Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	797	783
Total	797	783

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adição	75	75
Remensuração	2	2
Amortização	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75	75
Remensuração	7	7
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	75
Juros incorridos	8
Arrendamentos pagos	(8)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	2
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos pagos	(9)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Circulante		
Materiais e serviços (1)	27.150	32
Total	27.150	32

- (1) Está sendo realizada a ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo. Com isso, houve aquisições de materiais e serviços no final de 2021 para esta ampliação.

12. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
ICMS	363	-
PIS/Pasep	7	6
Cofins	41	35
INSS	940	-
Outros	84	-
Total	1.435	41

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	207	1
Contribuição social	36	1
	243	2
Não circulante		
Imposto de renda	57	-
Contribuição social	9	-
	66	-
Total	309	2

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3	34
Total do não circulante	3	34

14. PROVISÕES

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Honorários de êxito	13	-	-	-	13
Total	13	-	-	-	13

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$97.162 (R\$1.402 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 97.161.578 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentas e setenta e oito) ações ordinárias (1.402.000 em 31 de dezembro de 2020), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 2021, foi celebrado termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2013-ANEEL com o objetivo de formalizar a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo. Com isso, a Companhia recebeu aportes de sua controladora, Cemig GT, no montante de R\$137.683, sendo R\$60.200 em recursos financeiros e R\$77.483 pela transferência de ativos vinculados à concessão da usina PCH Poço Fundo. Do montante recebido, R\$95.760 foi integralizado ao capital social por meio de Assembleia Geral Extraordinária.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	622	483
Reserva de dividendos não distribuídos	1.779	-
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	1.320	293
Retenção de lucros	-	1.486
	<u>3.721</u>	<u>2.262</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$139 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$1.320 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	2.780	(69)
Reserva legal	(139)	-
	<u>2.641</u>	<u>(69)</u>
Dividendo obrigatório	1.321	-
Dividendos obrigatórios	1.321	-
Dividendos adicionais propostos	1.320	-
Total dos dividendos	<u>2.641</u>	<u>-</u>

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício no montante de R\$2.780, e do saldo das reservas de retenção de lucros no valor de R\$1.779, referentes à lucros retidos por falta de capacidade financeira de pagamento, seja dada a seguinte destinação:

- R\$139 para constituição de reserva legal;
- R\$1.321 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$1.779 para pagamento de dividendos não distribuídos; e,
- R\$1.320 para pagamento de dividendos adicionais.

16. RECEITA

	2021	2020
Receita operacional bruta	7.788	-
Deduções à receita operacional	(284)	-
Receita operacional líquida	<u>7.504</u>	<u>-</u>

	2021	2020
PIS/Pasep	(51)	-
Cofins	(233)	-
Total das deduções à receita operacional	<u>(284)</u>	<u>-</u>

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Convênio de compartilhamento	54	14
Energia elétrica comprada para revenda	5.749	-
Serviços de terceiros (a)	264	72
Depreciação e amortização	118	5
(-) Recuperação de despesas	-	(9)
Baixa líquida de tributos	-	124
Outras	78	5
Total	6.263	211
Custo total	6.156	3
Despesa operacional	107	208
TOTAL	6.263	211

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Convênio de compartilhamento	138	-
Auditoria externa	32	28
Publicações legais	3	13
Serviços advocatícios	-	26
Meio ambiente	75	-
Outros	16	5
Total	264	72

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	374	12
Variação monetária de depósitos judiciais	14	12
Variação monetária de tributos compensáveis	68	105
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre receitas financeiras	-	92
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	37	29
Rendas de antecipação de pagamento	47	-
Multas recebidas	170	-
	710	250
Despesas financeiras		
Multas s/ tributos	(118)	(52)
Juros passivo de arrendamento	(10)	(8)
Outras despesas financeiras	(17)	(1)
	(145)	(61)
Resultado financeiro	565	189

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	7.435	7.435
Percentual de presunção	8%	12%
	595	892
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	333	333
Outras Receitas Financeiras	335	335
Base de cálculo - Lucro presumido	1.263	1.560
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	189	140
Adicional (1)	108	-
IR e CS - Lucro presumido	297	140
Rendas de aplicações não resgatadas	42	42
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferido	11	4
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	353	353
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	28	42
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	7	4
LUCRO PRESUMIDO - Ressarcimento custo GSF		
Ressarcimento GSF (receita diferida)	1.458	1.458
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	117	175
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro presumido	29	16
Corrente	297	140
Diferido	47	24

- (1) O adicional de imposto de renda é calculado sobre o valor excedente a R\$60 da base de cálculo trimestral do lucro presumido. Apesar da base de cálculo do exercício de 2020 não ter sido superior a R\$240, em três trimestres de 2021, a base de cálculo superou R\$60.

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	25	25
Outras receitas financeiras	146	146
Base de cálculo - Lucro presumido	171	171
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	26	15
Adicional (10%) (1)	6	-
IR e CS - Lucro presumido	32	15
Corrente	32	15

- (2) O adicional de imposto de renda é calculado sobre o valor excedente a R\$60 da base de cálculo trimestral do lucro presumido. Apesar da base de cálculo do exercício de 2020 não ter sido superior a R\$240, no segundo trimestre de 2020, a base de cálculo superou R\$60.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	22	18	-	-	(63)	(18)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	138	-	-	-	(77)	-
Dividendos	-	-	1.321	294	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	9	-	-	-	(61)	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	39	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	826	-	-	-	13	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	170	-	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,05% em 31 de dezembro de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	3	1
Total (1)	3	1

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Depósitos judiciais	2	797	797	783	783
Consumidores e revendedores	2	629	629	-	-
Títulos e valores mobiliários	2	523	523	-	-
		1.949	1.949	783	783
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	18.007	18.007	5	5
Títulos e valores mobiliários	2				
Certificados de depósitos bancários		48	48	-	-
Letras Financeiras Bancos		339	339	-	-
Letras Financeiras do Tesouro		86	86	-	-
		18.480	18.480	5	5
		20.429	20.429	788	788
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(27.150)	(27.150)	(32)	(32)
Arrendamentos	2	(83)	(83)	(76)	(76)
		(27.233)	(27.233)	(108)	(108)

- (1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	27.150	-	-	-	-	27.150
Arrendamentos	1	2	8	44	208	263
TOTAL	27.151	2	8	44	208	27.413

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Melissa Barcellos Martinelle

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Poço Fundo S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0